

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/07/2021 a 31/07/2021

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/22

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-09:40
Publ.: DCD - 02/07/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Estruturação da impunidade no Brasil, demonstrada na condenação de Desembargadora do Estado do Amazonas à pena de aposentadoria compulsória com vencimentos integrais, acusada de venda de sentenças a traficantes; no favorecimento ao Governador do Amazonas por Deputado Estadual, membro da CPI da Saúde, e por sua genitora, Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; e na manutenção de privilégios pela Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Vinculação entre a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19, e a corrupção do Governo Jair Bolsonaro na compra de vacinas contra a doença viral. Pedido de impeachment do Presidente da República. Realização de novas manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, muito bom dia. Bom dia a todos os colegas Parlamentares.

Ontem, aqui no Amazonas, uma desembargadora foi condenada pelo CNJ. Foi acusada de vender sentenças e favorecer traficantes. A pena foi a aposentadoria compulsória. A desembargadora vai continuar recebendo o seu salário por toda a vida.

Também ontem a CPI da COVID no Senado solicitou a quebra do sigilo bancário e de vários outros sigilos de um Deputado Estadual que estava na Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde aqui no Amazonas e também da sua mãe, que é conselheira do Tribunal de Contas do Estado.

Há indícios de que eles favoreceram o Governador do Estado, e ele não foi indiciado nas investigações referentes à pandemia do coronavírus, a esquemas que envolvem interesses de empresas. E há um estranho crescimento de patrimônio tanto do Deputado quanto da mãe, conselheira do Tribunal de Contas do Amazonas.

Eu trago essas duas informações porque elas têm a ver com a estrutura de impunidade que existe no Brasil. Nesta Casa, está em tramitação a PEC da Reforma Administrativa, que não atinge os privilégios, essas vantagens e essas formas de impunidade que envolvem membros do Judiciário, dos Tribunais de Contas, do Ministério Público e de outros órgãos públicos. A intenção é fazer uma reforma para prejudicar os trabalhadores, os professores, os policiais, os funcionários administrativos de modo geral. Não é justo isso. Ou se faz uma reforma administrativa de verdade, que mexa com todos os Poderes, ou se entende que o Governo, de novo, está querendo tirar direitos dos trabalhadores, enfraquecendo o serviço público e, com isso, prejudicando a população.

Sra. Presidente, quero falar agora sobre a entrega do superpedido de afastamento do Presidente da República.

Estamos vendo agora não só as mortes causadas por este Governo incompetente, omissos, as ações deliberadas do Presidente, mas também atos de corrupção, favorecimento de empresa, propina em compra de vacinas, uma coisa desumana. Desumana! Não é só corrupção, é desumanidade! Mais de meio milhão de pessoas perderam a vida. Agora estamos vendo que houve superfaturamento de 1.000%, propinas.

Se 450 milhões de doses tivessem sido compradas, a propina seria de 450 milhões de dólares, o equivalente a 2 bilhões e 200 milhões de reais. Essa é a proposta deles. Este é o Governo da morte. Aqui no Amazonas, mais de 13 mil pessoas morreram de COVID.

Temos realmente que pedir o afastamento. No sábado, o povo irá para as ruas, mais uma vez, contra este Governo genocida.

Sra. Presidenta, peço que este discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 2/22

54.2021.B	Sessão Outro Evento	01/07/2021-10:08
Publ.: DCD - 02/07/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Denúncia de corrupção na compra de vacinas pelo Governo Jair Bolsonaro.

Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente da República. Superação da marca de meio milhão de óbitos no País em decorrência da Covid-19. Recorde no desemprego no Brasil. Reajuste da bandeira tarifária vermelha de energia elétrica em 42%. Retomada dos índices inflacionários. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Realização de nova manifestação no País pelo impeachment do Presidente da República. Retomada dos direitos políticos do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Bolsonaro dolarizou a propina. É isso que está na boca do povo. Estão aqui o Bolsonaro, o sangue, o dólar e a propina.

Quem diria, hein? Dolarizou a gasolina, fala em dolarizar a economia, mas o que Bolsonaro dolarizou mesmo foi a propina, com um dólar para a "família", para cada dose de vacina. Corrupto, o mito acabou. E não adianta os bolsonaristas ficarem tão nervosos.

Além de corrupto, é bom lembrar que ele é genocida. Passamos de meio milhão de mortes no Brasil. E, agora, Deputado Célio Moura - vejo que V.Exa. está com muita saúde, um grande abraço -, há também 15 milhões de desempregados, mais um recorde do Governo Bolsonaro; houve 42% de aumento na conta de luz, a bandeira vermelha vai ficar até novembro, e eles querem entregar a ELETROBRAS;

há retomada inflacionária no Brasil; e há a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, para colocar os recursos públicos nas mãos de empresas privadas e acabar com a prestação de serviços de saúde e educação.

Por isso, no dia 3 de julho, vamos ter muita gente nas ruas pedindo *impeachment*, pedindo para que se investigue a dolarização da propina no Brasil, que é o que Bolsonaro conseguiu.

Eu, às vezes, fico com dó de quem votou em Bolsonaro e se iludiu, mas não tenho dó daqueles que continuam falando inverdades ao povo brasileiro.

Agora, julgado pelo Supremo, o que nós temos de Lula? Lula foi perseguido. Lula é inocente. Moro foi considerado oficialmente um juiz ladrão. E o Presidente Lula, injustiçado, agora retoma os seus direitos políticos. Isso tem deixado, sim, os bolsonaristas com os nervos à flor da pele. Estão nervosos. E hoje na CPI haverá mais: vai lá a pessoa que está denunciando a dolarização da propina feita pelo Governo Bolsonaro.

Temos que conclamar o nosso povo a não permitir que continue essa destruição no Brasil. Nós não podemos ter genocídio rimando com propina e falta de vacina. Um Governo que dizia que era "vachina" agora se lambuza com a propina da vacina. O Governo Bolsonaro é uma farsa completa.

Deixo isso registrado, mais uma vez, para o povo brasileiro saber de fato quem é Bolsonaro e a "família" dele. Aliás, é bom lembrar que o filho caixa da sua família, o Flávio Bolsonaro, foi ao BNDES arrumar dinheiro para a empresa que está sendo denunciada por essa farsa e essa dolarização da propina.

Fora, Bolsonaro! Em 3 de julho, pessoal, todos às ruas! Nós precisamos acabar logo com essa sangria que está acontecendo no Brasil.

Fora, Bolsonaro! *Impeachment* já!

Documento 3/22

73.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	- 01/07/2021- 13:00
Publ.: DCD - 02/07/2021 - MILTON COELHO-PSB -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Abertura de espaço à precarização e à terceirização dos serviços públicos, incluídos os essenciais, a exemplo dos setores de educação e saúde, no caso de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Caráter inoportuno e inconveniente da proposição.

O SR. MILTON COELHO (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, bom dia a todos e a todas.

Eu subo hoje à tribuna, pelo tempo da Liderança do PSB, para fazer uma rápida reflexão sobre a PEC 32. Antes de tudo, eu gostaria de contextualizar o momento em que a PEC 32 se apresenta, para termos a clareza de que nem os critérios de conveniência e de oportunidade a PEC cumpre. Nós estamos vivendo num estado de urgência sanitária em consequência da pandemia da COVID, que já nos levou mais de 500 mil brasileiros e brasileiras.

É hora de discutirmos a aceleração da vacinação, o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e a retomada das escolas e dos empregos.

Não é, no entanto, apenas por conta do momento atual que a PEC 32 é inoportuna. Ela também desconsidera o contexto mais amplo, marcado pelos desafios da quarta revolução tecnológica. A revolução tecnológica em curso, como sabemos todos, tem o processo de automação como uma de suas principais características. Várias profissões estão sendo extintas ou serão cada vez mais extintas. Um dos seus outros atributos tem sido a fragilização dos vínculos trabalhistas, o que nos traz um cenário de precarização e de crescimento do número de trabalhadores sem direitos ou garantias trabalhistas.

Para que o Estado consiga responder a este cenário e garantir a dignidade de nossa população, é necessário que invista expressivamente em políticas públicas educacionais. É preciso uma educação de qualidade, voltada para os desafios do futuro do trabalho. É preciso promover políticas de qualificação e de requalificação profissional, formando os trabalhadores para as funções que não serão extintas.

Para administrar o contexto da quarta revolução tecnológica, precisamos de um Estado atuante e inovador. No entanto, a PEC 32, da reforma administrativa, é o mesmo que o Estado brasileiro andar na contramão desta necessidade. A PEC 32 traz um discurso de inovação que, na prática, se mostra o contrário, porque ela abre espaço para a precarização e a terceirização de praticamente todos os serviços públicos brasileiros, inclusive os essenciais, como a saúde e a educação.

Com a abertura da possibilidade dos *vouchers* para os alunos acessarem as escolas privadas, por exemplo, a educação deixa de ser um direito do cidadão e pode passar a ser um favor, em que se terá que pedir aos poderosos mais próximos a antiga bolsa para poder estudar em boas escolas.

Sei que todos aqui já leram o texto, mas, para que aqueles que estão nos acompanhado não pensem que é exagero, peço que leiam o art. 37-A da PEC. Verão que temos aí a porteira aberta para que os serviços públicos sejam terceirizados e para que, inclusive, professores e médicos fiquem sem garantias trabalhistas, tudo isso a tal ponto que os Governos poderão se eximir das falhas na prestação de serviços à população: *"A escola está ruim? Não é culpa minha, mas da empresa que eu contratei"*, dirá o Prefeito.

"As vacinas não chegaram a todos os Municípios do Estado? Não é culpa minha, mas da empresa que eu contratei", poderá dizer o Governador. *"As universidades federais caíram de posição no ranking mundial? Não é culpa minha, mas da empresa que eu*

contratei", dirá o Presidente da República.

O que a PEC 32, no seu art. 37-A, faz é desresponsabilizar o poder público pela qualidade dos serviços prestados, é destruir os resquícios do Estado de Bem-Estar Social, definido na Constituição de 1988. O mais chocante é que o Governo Federal justifica este malfeito com base em trivialidades. Não traz um número, uma análise de custo-benefício, uma comparação internacional que mostre ser este o melhor caminho! Aliás, esta é uma característica de toda a PEC: é justificada com base em um discurso vazio, sem nem sequer um indicador. Justifica-se na demonização dos servidores públicos.

Por isso, nós consideramos que temos que nos posicionar com base em evidências e que o Governo Federal desrespeitou este Parlamento ao nos enviar uma PEC inconveniente, inoportuna, sem nenhuma informação concreta.

Eu trago aos membros desta Casa duas perguntas: em que aspecto o art. 37 contribui para a modernização da administração pública? Qual o custo-benefício da mudança?

Eu voltarei ao tema.

Muito obrigado a todos e a todas.

Documento 4/22

73.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-01/07/2021-
	CD	14:12
Publ.: DCD - 02/07/2021 - NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Manutenção de direitos adquiridos dos servidores públicos na Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Inclusão dos Poderes da República no bojo da propositura. Apresentação de emenda à proposta de reforma administrativa, para extensão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS aos futuros funcionários públicos. Falta de embasamento do superpedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, apresentado por partidos opositores, organizações e movimentos sociais. Defesa de investigação e punição de funcionário do Governo denunciado por envolvimento em atos de corrupção.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero pedir o

apoio dos nobres Parlamentares. Nós estamos iniciando o debate sobre a reforma administrativa na Câmara Federal, e diversas propostas só vão alcançar os novos servidores, os novos concursados.

É preciso deixarmos isso bem claro para você, servidor, que está nos ouvindo: a reforma administrativa só alcança os futuros servidores. Os direitos já adquiridos estão mantidos para os servidores atuais. Nós queremos uma reforma que realmente permita que a União, os Estados e Municípios continuem remunerando, pagando e valorizando os servidores.

Por isso, é importante alguns ajustes. Entre as propostas que estão inseridas dentro da reforma administrativa... Eu tenho deixado bem claro que não voto uma reforma administrativa neste Parlamento, Deputado General Peternelli, que forme ilhas. Queremos uma reforma que inclua todos os Poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário. Eu acho que é uma forma de nós fazermos justiça e realmente deixarmos um legado para as futuras gerações. Nós não podemos ter uma reforma administrativa excludente, temos que incluir todos.

Sr. Presidente, para fazer justiça, nós protocolamos uma emenda à PEC 32, que estende aos servidores públicos o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, porque só os trabalhadores do setor privado têm direito a ele. Como a PEC 32 prevê que no futuro os novos servidores também podem não ter mais o direito à estabilidade, seria essencial estendermos os direitos garantidos aos trabalhadores do setor privado aos trabalhadores do setor público.

Portanto, nós propusemos essa emenda para estender aos futuros servidores, que serão alcançados pela PEC, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o chamado FGTS.

Queria fazer este registro sobre a reforma administrativa.

Sr. Presidente, outro assunto que nos traz a esta tribuna é o momento que estamos vivendo no Parlamento. Ontem, eu acompanhei atentamente o movimento que foi criado, a expectativa que foi gerada na Nação, com as propagandas nas redes sociais, com as falas neste Parlamento, a respeito do suposto superpedido de *impeachment*, para um caso mínimo que nós estamos vivendo na Nação.

O Presidente Jair Messias Bolsonaro já está prestes a completar mil dias de Governo, e, até o mês passado, não havia sequer uma denúncia de corrupção neste Governo.

Mas alguns Parlamentares estavam tão acostumados a conviver com tantas denúncias de corrupção no passado, nos Governos, que derrubaram o Presidente do Senado, que derrubaram o Presidente da

Câmara, que derrubaram o Presidente da República, que levaram ex-Presidentes à cadeia, que estavam incomodados: *"Como é que pode, quase mil dias de Governo, e não há nenhuma denúncia de corrupção? Temos que produzir uma denúncia de corrupção contra este Governo!"* E aí sugeriram algumas denúncias.

Eu parto do princípio, Sr. Presidente, de que todas as denúncias têm que ser apuradas, têm que ser investigadas. Se houver algum funcionário envolvido, seja ele um funcionário efetivo ou comissionado, seja um agente político, que lhe seja dado o direito de defesa, e, se for comprovada a culpa, que seja punido. Agora, querer fazer um superpedido de *impeachment* para um Governo que com quase mil dias não tinha nenhuma denúncia de corrupção, e as que surgiram não envolvem o Governo? Citam funcionários do quarto, quinto ou sexto escalão; nenhum Ministro! Isso é um absurdo, é jogar para a plateia, é brincar com a sabedoria da população.

O Presidente Jair Bolsonaro foi eleito pela população brasileira. Se dependesse da maioria do Parlamento aqui, não seria eleito, não. Foi eleito por um povo que estava cansado de tanta corrupção no Governo. Ontem eu vi algumas carinhas ali dando entrevista sobre o *impeachment* e fiquei imaginando: há muitos que acham que, porque estão usando as máscaras da pandemia, o povo não consegue discerni-los no meio daquela multidão. Muitas pessoas que estavam ali de máscaras precisam deixar cair as suas máscaras, porque o povo sabe onde eles estavam no Governo passado. Com tantas denúncias de JBS, de OAS, de Odebrecht, tantas denúncias, eles não tiveram coragem de subir a esta tribuna para pedir o *impeachment* de nenhum ex-Presidente.

Então, senhores, alguns que estavam ali têm até a legitimidade para pedir, porque cumprem seu papel como Parlamentares, e eu os conheço. Mas há alguns que estavam ali usando máscaras da pandemia que deveriam deixar cair as suas máscaras da falta de vergonha, porque não têm legitimidade. Alguns não têm legitimidade para subir a esta tribuna e questionar a idoneidade de ninguém. Como dizem alguns, o Presidente Jair Bolsonaro não foi eleito para usar máscara. Foi eleito para desmascarar um sistema corrupto que se instalou no Legislativo, no Executivo e no Judiciário brasileiro; que corrompeu, que saqueou esta Nação.

Mas eu confio no Presidente. Se houver algum funcionário do Governo envolvido em algum esquema, tem que ser investigado e punido. Mas eu tenho certeza de que o Presidente Jair Messias Bolsonaro jamais vai decepcionar o povo brasileiro, porque nunca - eu acredito e defendo -, nunca vai se envolver...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 5/22

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-14:12
Publ.: DCD - 07/07/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Pusilanimidade, genocídio e corrupção como marcas do Governo Jair Bolsonaro. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Pedido ao Presidente Arthur Lira de votação do superpedido de impeachment do Presidente da República.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo Bolsonaro é fraco, cada vez mais fraco, é um governo que perde as condições de governabilidade e depende de fazer absurdos que o mercado cobra dele. O absurdo agora é a privatização dos Correios.

Na Argentina, acabaram de decretar a falência do correio privatizado. O correio argentino não conseguiu arcar com as obrigações do Estado, depois da privatização. No caso de Portugal, as manifestações contra os preços nessa área são enormes, e, se nós fizermos um balanço, em apenas oito países o correio é totalmente privatizado, como quer agora o Governo Bolsonaro, ou melhor, como o mercado manda fazer o Governo Bolsonaro.

Além disso, se considerarmos o tamanho do Brasil, em nenhum país com essa dimensão existe privatização. Os países onde existe correio privatizado são: Aruba, Cingapura, Líbano, Malásia, Países Baixos e Portugal, com todo esse problema colocado.

Nós assistimos nas ruas ao povo brasileiro pedindo *impeachment*, a um Governo fragilizado, que se meteu agora em corrupção. Bolsonaro pediu que fosse chamado de corrupto, e o Brasil inteiro o chama de corrupto. Portanto, além de genocida, ele agora ganhou mais um adjetivo: corrupto, por ter um Governo corrupto.

E, em vez de isso deter este Governo, ele, fragilizado, vai entregando

nosso patrimônio com uma volúpia cada vez maior. E prepara agora, com o Paulo Guedes, a privatização da prestação de serviço público de educação, de saúde, através dessa famigerada PEC 32/2020.

Chegar a Brasília e encontrar na pauta a privatização dos Correios é de indignar qualquer um. Do que nós precisamos aqui é que se abra o procedimento de *impeachment* do Presidente Jair Bolsonaro. Apresentamos um superpedido de *impeachment*, que tem que ser analisado pelo Presidente e pela Mesa desta Casa. É algo que foi feito com complexidade, analisando não só os crimes cometidos durante a pandemia, quando ocorre no Brasil um verdadeiro genocídio, mas também os crimes contra a economia, contra o povo que passa fome e contra a democracia. São vários os processos contra o Governo Bolsonaro.

A solução não é privatizar os Correios, é tirar o Bolsonaro. Fora, Bolsonaro! *Impeachment* já!

Documento 6/22

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-14:20
Publ.: DCD - 07/07/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Consternação diante do registro de 525 mil óbitos no País em decorrência da Covid-19. Indignação com denúncias de corrupção nas negociações do Ministério da Saúde para compra de vacinas, em meio ao morticínio provocado pelo coronavírus. Protesto contra a apreciação pela Casa do Projeto de Lei nº 591, de 2021, sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (privatização dos correios). Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares que estão nesta sessão remota, gostaria hoje, como faço todas as vezes que aqui me pronuncio, de lamentar os 525 mil óbitos que tivemos no País por causa da pandemia da COVID-19. Foram 325 mil óbitos no ano de 2021. São pessoas que partiram e deixaram seus familiares em função de não terem recebido a vacina na hora certa.

Hoje, depois de toda a discussão na CPI, enquanto as pessoas morriam - e continuam morrendo -, o que estava fazendo o Governo? O que estava fazendo o Ministério da Saúde? O Ministério da Saúde

estava fazendo tramoias com aqueles que se dizem representantes de grandes laboratórios, dizendo que estavam negociando vacina quando, na realidade, estavam negociando propinas com o Governo, enquanto as pessoas morriam diariamente em nosso País. Quem não perdeu um amigo, um parente, um ente querido nesta pandemia? E o mais grave é que continuamos a perder pessoas queridas sem que haja vacina para todos e todas no País.

A Casa do Povo, a Câmara dos Deputados, em vez de colocar lupa nessas questões, de fazer a discussão necessária, de avançar rapidamente para que a vacina chegue às pessoas, está hoje a discutir a entrega dos Correios brasileiros. Assim como aconteceu com a ELETROBRAS, a privatização dos Correios nada mais é do que a entrega de uma empresa lucrativa, uma empresa que tem banco de dados com dados fortes a respeito da população brasileira. O Governo quer entregar essa empresa.

Então, trata-se de um Governo entreguista, além de negacionista, porque negou a vida e a ciência. Ele agora nega o direito da juventude brasileira e do povo brasileiro de continuar donos do seu patrimônio, donos das riquezas que foram construídas. Os Correios nada mais são do que a essência da comunicação no Brasil. Olhem a história dos Correios! Estamos falando de mais de 90 mil famílias de funcionários dos Correios, que fazem um bom serviço. Nada impede que as demais empresas avancem para fazer também o trabalho de entrega no País.

Sr. Presidente, é triste olhar a pauta da Câmara dos Deputados deste dia e ver que nela consta essa privatização. Não é hora para isso. É hora de salvar vidas, é hora de mudar o rumo deste Governo.

Por isso, digo: fora, Bolsonaro! Que esta Casa tenha lucidez nessas votações, em especial na do dia de hoje!

Muito obrigada.

Documento 7/22

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-15:04
Publ.: DCD - 07/07/2021 - REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Participação do orador como membro titular da Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Prática de corrupção pelos Governos Luiz Inácio Lula

da Silva e Dilma Rousseff. Desvio, pelos governos petistas, de bilhões de reais do Fundo Postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Crescimento do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro em 6%. Retomada do desenvolvimento econômico do País. Relevância de proposições aprovadas pela Câmara dos Deputados. Construção de obras de infraestrutura de transportes no País. Inclusão do Brasil entre os países com maior índice de vacinação contra a Covid-19 no contexto mundial. Repúdio à atuação dos Senadores Omar Aziz, Randolfe Rodrigues e Renan Calheiros na CPI da Covid.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Eu tenho um compromisso na Comissão da Reforma Administrativa, da qual eu sou membro titular.

Genocida e corrupto pode ser o Lula, pode ser a Dilma, não o Presidente Bolsonaro. Nunca se roubou tanto na história do Brasil como nos Governos do PT. Eu ouvi alguns falarem sobre Os Correios agora há pouco. Os Governos do PT quebraram Os Correios, desviando bilhões do Fundo Postal. Todo o Governo do PT foi de prejuízo para os Correios, e esse é só um exemplo entre centenas de outros casos assim nas despesas públicas, em todo o País.

De qualquer maneira, apesar de tudo isso, a caravana passa enquanto os cães ladram. O País segue, para este ano, com um crescimento de 6% do PIB. Isso é emprego e renda para os brasileiros. Significa que a economia voltou a empregar, a indústria está crescendo, os serviços voltaram, a agricultura continua forte e o País está caminhando bem.

Da mesma forma, esta Câmara aprovou projetos de leis importantes, como o Novo Marco do Saneamento para o País, que vai gerar muito investimento nessa área, e investir em saneamento é também investir em saúde. Nós aprovamos a nova Lei do Gás, a nova Lei das Licitações. Nós aprovamos aqui um pequeno ajuste fiscal, há 1 mês. Ou seja, esta Câmara tem feito muito pelo Brasil, e o Governo está tocando o País.

O Brasil é um canteiro de obras: em todos os lugares ferrovias, hidrovias, aeroportos e portos estão sendo construídos e modernizados, algo que nunca se viu no País. E, apesar da pandemia, que é um problema mundial, este Governo é um dos que mais vacinou no mundo. Somos o terceiro ou quarto país que mais vacinou no mundo, com uma população de 210 milhões de brasileiros, sendo que menores de 18 anos não precisam vacinar. Nós já estamos hoje com mais de 110 milhões de doses aplicadas no Brasil, resultado de um trabalho hercúleo do Governo, que a Oposição faz questão de denegrir, de macular.

E o que dizer da CPI da COVID, onde os três patetas manipulam, mentem, porque querem, na realidade, uma CPI fajuta: os Senadores Randolfe, Aziz e Renan Calheiros, o novo ídolo da Esquerda e da imprensa brasileira.

Infelizmente é triste o que está acontecendo no País, mas nós vamos vencer.

Obrigado, Presidente.

Documento 8/22

55.2021.B	Sessão Outro Evento	06/07/2021-15:36
Publ.: DCD - 07/07/2021 - JOICE HASSELMANN-PSL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reajuste nos preços do gás de cozinha. Falta de recursos da grande maioria da população brasileira para compra de alimentos. Aprovação, pela Comissão de Defesa do Consumidor, do substitutivo oferecido pela oradora ao Projeto de Lei nº 1.231, de 2020, sobre o impedimento da cobrança de multa por quebra de fidelidade contratual junto às prestadoras de serviços de telefonia fixa, móvel e TV, durante pandemias declaradas pela Organização Mundial da Saúde - OMS. Apresentação à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, de emendas destinadas à extinção de supersalários no serviço público. Defesa de realização da reforma tributária.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu ouvi os discursos de vários dos meus colegas, e, infelizmente, nós temos um único som, que é o som daqueles que estão decepcionados com o que nós estamos vendo na política brasileira, na economia brasileira, o som daqueles que têm o mínimo de sensibilidade de entender que a população sofre, e sofre muito.

Cada vez que o preço do gás aumenta - e vem aumentando de novo, em 6% -, a população sofre mais. É uma população que, em grande maioria, não tem dinheiro para colocar os alimentos da cesta básica na mesa, quicá para comprar o gás de cozinha para cozinhar os alimentos da cesta básica.

Nós, dentro da Câmara dos Deputados, temos feito aquilo que podemos. relatei, Sr. Presidente, na semana passada, projeto que acaba com a multa por quebra de contrato de fidelização. Falo daqueles que vendem pacote de celular e Internet. Nós sabemos que

essas operadoras, muitas vezes, aplicam essas multas, mas hoje a população brasileira precisa é de dinheiro para colocar arroz e feijão na mesa.

E nós temos muito mais a fazer. Ouvi alguns colegas falarem dos grandes salários, dos supersalários. Hoje, para muitas das carreiras, o teto é o piso. O teto, que deveria realmente ser o teto do serviço público, é o piso, porque há os penduricalhos. Muita gente faz ali os seus subterfúgios para ganhar muito mais, como o próprio Presidente da República fez para parte dos privilegiados militares da alta casta. É gente que hoje está ganhando perto de 80 mil reais no lombo daqueles que pagam a conta, que pagam os impostos.

É preciso mudar, e é preciso mudar muita coisa. É preciso que nós, de fato, coloquemos a reforma administrativa para andar. Não falo de uma reforma administrativa que seja um arremedo. Eu propus duas emendas à reforma administrativa, para colocar todo mundo da alta casta do serviço público no meio desse processo. Não adianta tirar Ministério Público, tirar o Poder Judiciário, tirar o Poder Legislativo, não. Todos aqueles que estão na alta casta do serviço público precisam entrar na reforma administrativa. A reforma administrativa não é para pegar policial e professor, não. É para pegar aqueles supersalários.

Esta Câmara tem muito a fazer. Além da reforma administrativa, tem que fazer uma reforma tributária de verdade, não uma reforma tributária que castigue mais os pobres, como lamentavelmente pode acontecer. Nós temos uma grande responsabilidade com este País, quando vemos um Governo que é absolutamente irresponsável e que não tem qualquer empatia com o povo brasileiro, com este País.

Portanto, a este Parlamento cabe a responsabilidade de fazer o seu trabalho e também o trabalho do Poder Executivo. É assim que o Brasil tem, aos trancos e barrancos, enfrentado esta pandemia, Sr. Presidente.

Documento 9/22

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-15:52
Publ.: DCD - 08/07/2021 - JOSÉ NELTO-PODE -GO		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Compromisso de

voto pela manutenção da estabilidade dos servidores públicos.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa brasileira, eu sou um homem que tem posição política neste Parlamento, no Parlamento brasileiro. Eu tenho nove mandatos e conheço o que acontece na máquina pública, seja ela estadual, seja ela municipal, seja ela federal.

Esta Casa vai apreciar uma reforma administrativa. Eu sou favorável a uma reforma administrativa, mas a reforma administrativa que eu quero para o Brasil é uma para cortar gastos. Quero uma PEC cortando 30% do orçamento do Congresso Nacional, de todas as Assembleias do Brasil, das 27, de todas as Câmaras Municipais. Quero que se cortem 30% dos orçamentos do Poder Judiciário e do Ministério Público, começando pelo Supremo e passando pelos Tribunais de Justiça Trabalhista, de Justiça Eleitoral e de Justiça Militar, que não serve para nada. São cabides de emprego e castelos de privilégios.

Eu quero assumir um compromisso neste momento com todos os servidores públicos do Governo Federal, com todos os servidores públicos dos Estados da Federação e com todos os servidores públicos dos Municípios. Não falo em nome do meu partido, não falo em nome da minha bancada. Eu falo em meu nome, em nome do Deputado Federal de Goiás José Nelto.

Eu vou votar contrariamente, na reforma administrativa, aquilo que for para acabar com a estabilidade do servidor público. Isso é um crime, é um retrocesso para a administração pública, porque nós queremos a meritocracia! Portanto, o Ministro Paulo Guedes não conta com o meu voto. Eu, Deputado Federal do Estado de Goiás José Nelto, estou assumindo um compromisso com todos os servidores do Brasil: irei votar contrariamente a essa parte da reforma administrativa. Eu não vou permitir que o servidor público do Brasil seja pressionado, seja demitido, o que seria um retrocesso.

Antes de 1988, o serviço público no Brasil era do compadrio, era de quem indicava, era da politicagem. O retrocesso a isso não terá o meu voto no Parlamento brasileiro! Nós queremos garantir a estabilidade de todos os servidores públicos do nosso Brasil.

Para o servidor que não trabalha, há todo um processo administrativo. Hoje existem as redes sociais, e, quando algum servidor não trabalha, alguém diz: *"Esse servidor público é fantasma. Ele não trabalha"*.

Vivemos políticas da Direita, da Esquerda. Se um Prefeito ganhar as eleições hoje, quando assumir, irá perseguir professores, irá perseguir

militares, irá perseguir servidor administrativo.

O meu voto é contrário! Para a estabilidade, digo "sim".

Peço que o meu pronunciamento conste do programa *A Voz do Brasil*.

Documento 10/22

56.2021.B	Sessão Outro Evento	07/07/2021-16:00
Publ.: DCD - 08/07/2021 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Descompasso entre a exaltação da economia brasileira pelo Ministro Paulo Guedes e à realidade socioeconômica do País. Repúdio às declarações do Ministro da Economia, favoráveis à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Gestão desastrosa do Ministro Paulo Guedes.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Está bem, Sr. Presidente. Peço só que recomponha o meu tempinho.

Sr. Presidente, do tema central da minha fala eu tratarei no horário da Liderança da Minoria. Ele diz respeito às questões sociais do País. Falarei sobre isso logo após o início da Ordem do Dia, aliás.

Sr. Presidente, nestes minutos, eu quero traduzir para esta Casa e para o meu País o sentimento que extraio, neste momento, Deputado Fontana, do que o Ministro da Economia disse hoje e está dizendo na Comissão de Fiscalização e também na Comissão que analisa a PEC 32.

O Ministro de um país sério com o tamanho que tem o Brasil não pode vir ao Congresso Nacional e fazer ouvidos de mercador, deixando de tratar de temas relevantes que dizem respeito à vida do povo brasileiro. Ele veio às Comissões e está falando para exaltar que a economia brasileira vai, no próximo período, ter um crescimento, surpreendente, de 4,5% ou 5% neste fim de ano. No entanto, eis a pergunta todos fazem neste momento: *"Como é que vai haver crescimento e como as pessoas vão consumir? Como esse crescimento vai chegar à mesa do trabalhador, à mesa de quem está passando fome, daquele que precisa da proteção do Estado?"*

Esta é uma bolha que não tem a ver com a vida real do povo brasileiro,

que neste momento enfrenta toda a sorte de dificuldades. O Governo, liderado pelo Ministro da Economia, área importante em qualquer país, fez desdém, ignorou a realidade social do País, não prorrogou o auxílio emergencial no valor necessário e agora ainda vem fazer festa com o chapéu alheio, como se ele fosse o responsável por esse tal crescimento a que ele faz referência.

O País não tem empregos! São cerca de 15 milhões de pessoas desempregadas! São 19 milhões de pessoas que não procuram mais emprego porque estão na rua da amargura! São 6 milhões de pessoas que estão no desalento! A fome só alastra pelo País! E o Governo do Presidente Bolsonaro e do Ministro Paulo Guedes ignora tudo isso, faz de conta que nada está acontecendo no País.

Ele vem a esta Casa para dizer: *"Tem que fazer a reforma administrativa!"* Fazer a reforma administrativa para diminuir, cada vez mais, as funções do Estado; fazer a reforma administrativa para retirar da sociedade a proteção que todo Estado tem que dar à sociedade; fazer a reforma administrativa para diminuir as funções do Estado, para perseguir o servidor, para quebrar a estabilidade?! A reforma administrativa é, na prática, Deputado Fontana, a destruição do Estado como Estado protetor, indutor e planejador da economia.

Ele é um vendedor de ilusões! Eu nunca esqueço quando ele dizia durante a reforma da Previdência: *"O Boeing está levantando voo. Se a reforma for aprovada..."* É a mesma coisa: hoje ele vem com esta história, queridos Parlamentares. Ele dizia nesta Casa: *"É preciso fazer a reforma administrativa, senão não haverá crescimento na economia brasileira"*. É a mesma ladainha, a mesma irresponsabilidade, a mesma incompetência de um governo que não tem nenhuma perspectiva de oferecer nada concreto para melhorar a vida do povo brasileiro!

Por isso, faço esta manifestação neste momento para dizer que este País tem esperança, sim! O que nós não temos é governo!

Sr. Presidente, eu ouvi alguns dizerem aqui que este Ministro tem credibilidade e respeito mundial. Não tem respeito coisa nenhuma! Digo isso porque o Brasil está desmoralizado não apenas por conta da política econômica desastrosa desse Ministro, como também por tudo aquilo que o Governo, irresponsavelmente, vem fazendo no comando da economia, no tratamento da pandemia, como temos visto na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Termino, deixando nosso protesto e nosso repúdio a esse Ministro que não tem qualificação alguma para dirigir os destinos da economia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 11/22

75.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/07/2021- CD 17:40	
Publ.: DCD - 08/07/2021 - ALESSANDRO MOLON-PSB -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Ameaça, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de não reconhecimento do resultado das eleições presidenciais de 2022, no caso de não adoção do voto impresso. Prática de corrupção pelo Presidente da República. Relação entre a morte de milhares de brasileiros pela Covid-19, e a corrupção praticada pelo Governo Jair Bolsonaro na compra de imunizantes. Fatores determinantes da elevação dos índices de rejeição do Presidente da República. Luta da Oposição em prol da democracia, da ética na política e da preservação de direitos sociais.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero retomar o ponto a que há pouco se referia o Deputado José Guimarães, Vice-Líder da Minoria, exatamente o desespero que toma conta do Presidente da República. Desespero ao perceber que caminha para uma derrota eleitoral. E hoje, mais uma vez, ameaçou não reconhecer o resultado das eleições, alegando que as urnas eletrônicas, sem o voto impresso, serão fraudadas. Fez pior: disse que nas eleições com urna eletrônica a fraude é uma constante.

Esqueceu-se de dizer que foi através dessas urnas, Deputado Bohn Gass, que ele chegou a esta Casa, e nesta Casa ficou por 28 anos! Esqueceu-se de dizer que foi por meio dessas urnas que foi eleito, 3 anos atrás, lamentavelmente. Mas que, ao ser eleito, não viu da parte da Oposição o questionamento ao resultado das eleições. Nós lamentamos o resultado, mas não dissemos que houve fraude nas urnas para tentar explicar a vitória eleitoral dele.

Infelizmente, o povo brasileiro caiu em uma narrativa falsa, que hoje começa a descobrir como uma farsa. A farsa do combate à corrupção, e do combate à corrupção que jamais foi a tônica de Bolsonaro. A prova disso são as denúncias que vêm todos os dias à tona, não apenas envolvendo o patrimônio familiar, não apenas envolvendo as práticas de seus gabinetes antes da posse como Presidente da República, mas chegando à compra de vacinas, que hoje é o tema da

Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal.

Agora há pouco a testemunha Roberto Dias recebeu voz de prisão, porque a CPI já percebe a tentativa de mentir, de enganar, de impedir a apuração dos fatos de um Governo que deixou seu povo morrer com o objetivo de dificultar a compra de vacinas para oferecer facilidades - a facilidade do dólar em cada dose; a facilidade da vacina, Deputada Adriana, como há pouco conversávamos, que foi oferecida por 10 dólares e depois comprada por 15 dólares. É uma vacina com tecnologia pior do que vacinas mais baratas, uma vacina não testada, uma vacina insegura, Deputado José Guimarães, para proteger a vida do nosso povo, e que o Governo Bolsonaro correu para comprar, porque seria o último dia de uma vida remediada para os envolvidos na negociata. Há pressa de desviar o dinheiro público, sujo de sangue do povo brasileiro, para encher os bolsos de alguns que com isso queriam lucrar.

Agora, vemos na CPI Senadores governistas, que o tempo inteiro fizeram propaganda da cloroquina, posarem de defensores da vacina, quando nunca o foram. Ao contrário, colaboraram para fazer propaganda de um remédio falso. E eu cheguei a alertar alguns colegas até da Casa, que insistiam em receitar cloroquina pela TV *Câmara*, que um dia a justiça poderia chegar a eles, porque o sistema de comunicação da Casa não pode servir para se receitar remédio sem eficácia, Dr. Henrique Fontana, V.Exa. que é, além de excelente Parlamentar, médico.

É isso o que explica a queda intensa nas pesquisas que foram divulgadas ontem. O Governo tem uma variação negativa de 48,2%, a maior de toda a história desse Governo. Desde o princípio, a avaliação do Governo nunca foi tão ruim. A avaliação pessoal do Presidente é negativa para 62,5% da população, ou seja, 2 em cada 3 brasileiros acham o Presidente da República ruim ou péssimo; 2 em cada 3 brasileiros repudiam o comportamento de Bolsonaro como Presidente da República. O mais importante em 2022 para 45% dos entrevistados é derrotar Bolsonaro, é impedir que ele seja eleito, porque coloca em risco a vida do povo, coloca em risco o futuro da nossa democracia. Ele coloca em risco o pão em casa, o Bolsa Família, os direitos sociais, os direitos trabalhistas, o desenvolvimento do País, Deputado Odair Cunha. E é por isso que o povo brasileiro está entendendo que derrotar Bolsonaro é a sobrevivência do País. Impedir que Bolsonaro seja eleito é salvar a vida de brasileiros. Impedir que Bolsonaro seja eleito é garantir a sobrevivência da nossa democracia, Líder Danilo Cabral.

De acordo com pesquisa CNT/MDA, 62% dos brasileiros dizem que não votariam em Bolsonaro de jeito nenhum - seis em cada dez brasileiros dizem que não votariam em Bolsonaro de jeito nenhum - e

57,2% desaprovam a gestão da pandemia.

É por isso que o desespero bate. É por isso que o Presidente ameaça com o voto impresso, com o não reconhecimento dos resultados. Ele já sabe que vai perder. Ele será derrotado nas próximas eleições, para que o País possa ser devolvido aos brasileiros, Líder Danilo Cabral, e sejam retomadas as tradições democráticas do nosso povo, como tanto defendia Miguel Arraes, do nosso PSB, o nosso partido, que tem procurado cumprir, ao lado dos outros, o legado, a ordem, a determinação, o apelo de Eduardo Campos: *"Não vamos desistir do Brasil"*.

Nós da Oposição estamos aqui de pé porque não desistimos do Brasil, não desistimos da democracia, não desistimos da ética na política, não desistimos dos direitos sociais, do Bolsa Família, do respeito aos profissionais de educação. Hoje à tarde, eu via V.Exa. lutando para que sua emenda sobre garantia dos direitos dos profissionais da educação fosse acolhida na Comissão da PEC 32, a respeito da reforma administrativa. A nossa luta é pela educação pública de qualidade, pelo direito à saúde, pelo direito à vacina, pelo direito à prosperidade, ao emprego e à renda, para que as pessoas possam sustentar suas famílias com trabalho digno.

É isso que o povo brasileiro quer, e não um Presidente descontrolado, desequilibrado, que ameaça a democracia e faz a ameaça de não reconhecer a voz do povo transcrita nas urnas.

Fora, Bolsonaro!

Documento 12/22

75.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-07/07/2021-
	CD	18:36
Publ.: DCD - 08/07/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Presença do Ministro da Economia, Paulo Guedes, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para debate de assuntos pertinentes à sua Pasta, e na Comissão Especial destinada ao exame da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Distanciamento entre o Brasil visto sob a ótica de Paulo Guedes e a realidade do País. Quadro de fome, desemprego e insegurança alimentar reinante no Brasil. Apelo ao Presidente Arthur Lira de votação da Medida Provisória nº 1.039, de 2021, sobre a instituição do auxílio emergencial de 2021. Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais. Elevação dos preços de alimentos, do gás

de cozinha, de combustíveis e de materiais de construção. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição da subvenção econômica destinada ao auxílio das famílias de baixa renda na aquisição de gás liquefeito de petróleo - Desconto Gás. Reajuste da bandeira tarifária vermelha de energia elétrica em 52%. Privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Promessa do Ministro Paulo Guedes de implementação de leis aprovadas pelo Congresso Nacional. Contrariedade à aprovação das propostas governamentais de reforma administrativa, e de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Fracasso do Governo Jair Bolsonaro, notadamente quanto ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Aprovação pela Casa dos Projetos de Lei de nºs 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, com vista à inclusão, em grupo prioritário de vacinação, de gestantes, puérperas e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, comorbidades ou privadas de liberdade; e 12, de 2021, relativo à alteração da Lei nº 9.279, de 1996, para a concessão de licença compulsória de patentes, nos casos de declaração de emergência nacional ou internacional, de interesse público ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional. Envolvimento do Governo Jair Bolsonaro em grande escândalo de corrupção na compra de vacinas contra a Covid-19. Envolvimento do Presidente da República e seus filhos no esquema criminoso das chamadas rachadinhas, apropriação de parte dos salários de assessores e funcionários. Gastos exorbitantes de recursos públicos pelo Presidente Jair Bolsonaro no gozo de férias, e reajuste nos seus próprios vencimentos. Defesa da extinção de supersalários no serviço público. Determinação, pela CPI da Covid, da prisão do Sr. Roberto Dias envolvido em denúncias de corrupção na compra de vacinas. Não adoção, pelo Presidente da República, de providências a respeito da denúncia do Deputado Luis Miranda de superfaturamento da compra de imunizantes pelo Ministério da Saúde. Realização de manifestações no País contra o Governo Federal. Apelo ao Presidente Arthur Lira de votação do superpedido de impeachment do Presidente da República.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Como Líder. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar a todos aqueles que estão presentes no plenário e também no sistema remoto.

Hoje, ao longo de todo o dia, estive aqui presente o Ministro Paulo Guedes, Ministro da Economia, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, por meio de requerimento de minha autoria, para falar sobre diversos assuntos relacionados à Pasta da Economia, e agora à tarde à Comissão da PEC 32, que trata da reforma administrativa.

Particularmente, Presidente, eu não sei em que Brasil o Ministro Paulo Guedes está vivendo, porque ele vem trazendo uma ideia fantasiosa de Brasil, típica de alguém que não sai das quatro paredes dos gabinetes de Brasília. Não conhece o Brasil real do interior do Acre, do interior da Paraíba, do interior do Amapá, do interior do Rio Grande do Sul. O

Brasil real, Presidente, infelizmente, é um Brasil duro, é um Brasil em que as pessoas estão sofrendo muito, Deputado Enio Verri. É um Brasil de 15 milhões de brasileiros que estão desempregados, é um Brasil em que a fome está voltando - já voltou na verdade. É só ir aos supermercados e vê que as pessoas estão pedindo, às residências, aos sinais. As pessoas estão passando fome no nosso País. É o Brasil que voltou para o Mapa da Fome. É o Brasil da insegurança alimentar. Inclusive, 15% das pessoas que estão na informalidade encontram-se em situação de insegurança alimentar; 3,7% das pessoas que têm emprego formal também estão em situação de insegurança alimentar. Imaginem os desempregados: 22,7% dos desempregados também estão passando fome, estão em situação de subnutrição em nosso País.

Enquanto isso, nós temos uma fila imensa do Bolsa Família, e o auxílio emergencial é baixo.

Quero aqui corroborar a opinião do meu Líder Bohn Gass, que acabou de fazer um apelo a V.Exa., Presidente Arthur Lira, para trazemos para cá a MP do auxílio emergencial, a fim de que ele volte aos 600 reais.

O que nós estamos vendo é que todo mundo está sofrendo com a alta dos alimentos. Por exemplo, o feijão teve aumento de 69%; o arroz teve aumento de 61%; a carne teve aumento de 25%, e isso pode variar. O preço do material de construção também aumentou no País. Olhem o que aconteceu com o gás de cozinha! Já existe um acumulado durante a pandemia de 30%.

Hoje mesmo tivemos a notícia de pessoas que morreram porque se utilizaram de álcool para produzir seus alimentos. E nós tivemos o aumento de 6%, no início da semana, para o preço do gás de cozinha. Para os combustíveis à gasolina, esse aumento foi de 6,3%, no início da semana; para o *diesel*, de 3,7%. E o que diz o Ministro Paulo Guedes? Isso é problema dos preços internacionais. Quer dizer que o Governo não vai fazer nada?

Nós estamos aqui, foi colocada na pauta, foi votada a urgência da tarifa social do gás, projeto do Deputado Carlos Zarattini, e eu tenho um projeto com o mesmo teor. E nós queremos que ele seja aprovado. O Governo precisa olhar para essa situação. São pessoas que precisam do gás de cozinha para sobreviver.

A energia elétrica teve 52 % de aumento, e ainda privatizaram a ELETROBRAS. E quem vai pagar a conta, todos nós sabemos, é o consumidor.

O Ministro não consegue dar respostas. As universidades estão para fechar, e o Ministro não estabeleceu prazo para a recomposição dos

orçamentos dessas instituições. Leis que foram aprovadas aqui no Congresso Nacional, como o descontingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Ministro não diz se vai cumprir. Uma lei complementar aprovada por este Congresso Nacional, a Lei da Internet para os alunos e professores, também o Ministro não fala se vai cumprir. Então, para que se tem Ministro da Economia?

Enquanto isso, está aí a pauta dos Correios, que só interessa ao mercado, não interessa aos pequenos Municípios, que são servidos pelo Correio. Está aí a pauta da reforma administrativa, que é um verdadeiro massacre aos servidores públicos e ao serviço público, que precisa chegar com qualidade ao cidadão brasileiro.

Então, Sr. Presidente, eu considero que essa vinda do Ministro Paulo Guedes à Câmara dos Deputados só demonstra uma coisa: esse Governo é um fracasso. Esse Governo, além de ter fracassado na economia, é um Governo que fracassou na pandemia, porque, graças às omissões, graças ao negacionismo, graças à falta de empatia do Presidente da República, o Sr. Jair Bolsonaro, nós tivemos 530 mil mortes neste País.

Ele despreza a vida das pessoas e dos familiares dessas pessoas que morreram. Ele negou a vacina - 80 *e-mails* da PFIZER não foram respondidos. Apostou na imunidade coletiva, um total erro.

Eu fico feliz quando vejo esta Casa aprovar, como nós aprovamos aqui, a priorização das grávidas, das puérperas e das lactantes no PNI, ao mesmo tempo em que nós também aprovamos a quebra de patentes para produzir vacina, insumos e medicamentos, mas, infelizmente, esta não foi a ação do Governo. Pelo contrário, o Presidente saiu espalhando o vírus pelo Brasil, cometendo crimes contra a saúde pública em vários Estados da Federação, infelizmente.

Agora, o pior disto tudo é a sina deste Governo. Além da cloroquina, da ivermectina, nós temos agora a propina da vacina. Um Governo que dizia que não roubava e não deixava roubar está metido em um grande escândalo de corrupção. Nós estamos vendo a ex-cunhada do Presidente da República dizer que ele é o pai dos esquemas de rachadinha e que ensinou aos filhos.

Nós estamos vendo os gastos exorbitantes, em plena pandemia, do Presidente da República com férias nababescas; o aumento do próprio salário do Presidente da República, de pouco mais de 30 mil para 41 um mil; nós estamos vendo supersalários. É importante votarmos a questão dos supersalários para a Câmara dos Deputados dar uma demonstração de que nós não compactuamos com privilégios. Isto sim é a verdadeira reforma administrativa que nós queremos.

Nós vimos agora a prisão do Sr. Roberto Dias, na CPI da COVID, um cara que pediu 1 dólar por vacina de propina. A vida das pessoas, a vacinação das pessoas foi transformada em um negócio pelo Governo do nosso País. Isto é um verdadeiro absurdo! O Presidente, que ficou sabendo dessas maracutaias que estavam acontecendo no Ministério da Saúde, nada fez. Inclusive, indicou, segundo o Deputado Luis Miranda, a participação do Líder do seu Governo.

Por isso, as pessoas estão tomando as ruas. Por isso, foram milhares de pessoas, já foram três manifestações de rua, e vão crescer cada vez mais. As pessoas não aguentam mais este Governo do Bolsonaro.

Por esta razão, eu quero fazer um apelo aqui. Presidente Arthur Lira, um Presidente que sempre teve posições firmes - V.Exa. sempre teve posições firmes ao longo da sua vida -, este Governo é desaprovado por 63% dos brasileiros, dois terços dos brasileiros desaprovam este Governo. Foi apresentado, na semana passada, um superpedido de *impeachment*, apontando 23 crimes do Presidente Bolsonaro.

Então, Presidente Arthur Lira, não seja cúmplice deste descaso com o povo brasileiro. Abra o pedido de *impeachment*, decida pelo menos. Se vai decidir contrariamente, pelo menos decida!

O mais importante de tudo isso, para finalizar a minha fala, é que a esperança está de volta. Estão aí as pesquisas mostrando que o ex-Presidente Lula, depois de ter sido perseguido e absolvido em praticamente todos os processos, é o líder das pesquisas, pode ganhar essa eleição no primeiro turno.

As pessoas lembram que o Lula tirou mais de 40 milhões de pessoas da miséria. Elas lembram que o Presidente Lula gerou mais de 20 milhões de empregos, que o Brasil tinha crescimento, que o Brasil tinha democracia, que o Brasil respeitava as instituições, não tirava direito de ninguém, não, e o Brasil era respeitado no exterior.

Sr. Presidente, eu peço que este pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 13/22

75.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	- 07/07/2021-
	CD	18:48
Publ.: DCD - 08/07/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Apelo aos Deputados de assinatura de emendas de bancada à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão importante.

Quero fazer um apelo aos Parlamentares e às Parlamentares. O Presidente Fernando Monteiro, que está dirigindo a audiência pública neste momento, com o Relator Arthur Oliveira Maia e os demais coordenadores da PEC 32, fez um acordo para que cada bancada apresentasse três emendas, e todos os Deputados assinassem todas as emendas, visto que há dificuldade de buscar assinaturas nesse momento. O prazo final é hoje, e nós verificamos que muitas bancadas não assinaram. Não estamos conseguindo atingir as assinaturas. Então, esse é o apelo, independentemente do mérito, para que as emendas possam tramitar.

Eu faço um apelo, em nome do Presidente da Comissão Especial da PEC 32, para que os Deputados assinem todas as emendas, as três emendas de cada bancada, a fim de que nós possamos cumprir o prazo que foi concedido pelo Presidente Arthur Lira, que não vai ser prorrogado. Então, isso precisa ser finalizado ainda hoje, Sr. Presidente.

Documento 14/22

75.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 07/07/2021- CD 19:28
Publ.: DCD - 08/07/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Apresentação pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de números econômicos fantasiosos decorrentes da reforma administrativa. Contrariedade à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Quadro de insegurança alimentar, desemprego e fome vigente no País. Protesto contra a apreciação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de retomada do auxílio emergencial de 600 reais, e de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19. Necessidade de abertura pela Casa de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Envolvimento do Presidente da República em escândalo de corrupção.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Ouvindo alguns Líderes desta Casa e vendo o que é a presença do Ministro Paulo Guedes na Comissão Especial da reforma administrativa, acho impressionante o esculacho que está chegando ao povo brasileiro, por meio de uma lógica da enganação, da farsa, como tenho dito nesta tribuna, do Estado mínimo.

Paulo Guedes apresentou números falsos, o que, aliás, é parte de medidas de austeridade que têm sido aplicadas para o povo - e não é de agora. É a farsa dos números fantasiosos da economia que o Governo promete para o povo com as reformas. Paulo Guedes falou em economizar, em 10 anos, 300 bilhões de reais com o desmonte do Estado brasileiro, a partir da destruição dos serviços públicos, que está expressa na reforma administrativa deste Governo.

E é impressionante que haja esta pauta agora, totalmente antipovo. Num momento em que estamos precisando de mais SUS, de mais serviço público, essa é a pauta que o Governo às vezes finge dizer que não é dele, mas que está colocada nesta Casa, pauta que se soma a um conjunto de privatizações, como a da ELETROBRAS, que já está se traduzindo no aumento da conta de luz para o povo brasileiro, e como a privatização dos Correios, uma empresa pública lucrativa, que, em 2020, teve um lucro de mais de 1,5 bilhão de reais e que querem entregar para o mercado. Isso é entregar a logística brasileira para o mercado, para o capital, infelizmente num cenário dramático.

Esse esculacho do povo brasileiro chega com um processo de 20 milhões de pessoas com fome no Brasil, de metade dos brasileiros infelizmente vivenciando algum nível de insegurança alimentar.

Na Região Nordeste, em quase 20% dos domicílios, as pessoas estão experimentando, mais uma vez, novamente, a fome. A taxa de desemprego no Brasil está chegando a um nível que nos últimos anos não verificamos, Sr. Presidente, batendo 14%, e cerca de 30% dos desempregados são jovens que não têm nenhuma perspectiva de vida. Para esses jovens é que vai chegar, também, o desmonte dos serviços públicos, porque são eles e suas famílias que usam o SUS, que usam a escola pública, que precisam de segurança pública. Aliás, o braço armado do Estado chega também ao corpo desses jovens, negros, periféricos, das favelas brasileiras.

Não tenho dúvida de que nesse cenário esta Casa não deveria estar se debruçando sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, para destruir os serviços públicos; sobre a privatização da ELETROBRAS; sobre a privatização dos Correios; sobre a Lei do Gás; sobre a privatização do saneamento. Tínhamos que estar

apresentando soluções para a crise que o povo está vivendo na pele. O auxílio emergencial tinha que estar sendo de pelo menos 600 reais, Sr. Presidente, e tinha que haver vacina para todo mundo. Isso infelizmente é algo que o Presidente Arthur Lira insiste em não perceber.

O povo não aguenta mais a política de morte de Bolsonaro. É fundamental neste momento abrir um processo de *impeachment*, para interromper as dezenas de crimes que hoje estão na conta do Governo Bolsonaro, agora cada vez mais envolvido com escândalos de corrupção.

Então, o que se vê é o povo com fome, é o povo na fila do SUS morrendo de COVID, é o povo morrendo com o braço armado do Estado, é o povo desempregado, é o Governo brasileiro negociando vacina, é, infelizmente, esta Casa querendo fazer privatizações em vez de aprovar medidas populares.

É lamentável o cenário que vivemos, dramático.

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 15/22

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-10:12
Publ.: DCD - 09/07/2021 - ZECA DIRCEU-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Solidariedade aos servidores públicos.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Andrade. PSB - PA) - Bom dia.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR) - Bom dia, demais Deputados e Deputadas e quem está nos assistindo e nos ouvindo pela TV

Câmara e pela Rádio Câmara.

Quero dialogar com V.Exas., Deputados, mas quero dialogar hoje principalmente com todos os servidores públicos do nosso País, que estão mobilizados contra a PEC da reforma administrativa, que não é uma reforma, é o desejo de destruir o princípio do serviço público que está na nossa Constituição brasileira, é o desejo de destruir qualquer tipo de possibilidade de o cidadão brasileiro ter no futuro acesso gratuito à saúde, à educação, à segurança pública e a tantos outros serviços públicos importantes.

A cada semana, eu tenho recebido milhares de mensagens dos mais diferentes segmentos de servidores públicos. Por curiosidade, comecei a dialogar com alguns desses servidores públicos, para entender um pouco a realidade deles - acho que isso é uma obrigação de todos nós antes de votarmos a reforma administrativa. E para mim ficou evidente algo que eu já sabia: esses servidores públicos ganham 1.500 ou 2.500 reais.

É uma falácia, é uma mentira, é uma *fake new* essa história de que servidor público é marajá, de que servidor público ganha muito. É claro que isso pode acontecer em uma ou outra categoria, mas, para a imensa maioria dos servidores públicos, o salário já é muito baixo, se comparado com o pago na iniciativa privada, o salário não é suficiente nem sequer para a sobrevivência do servidor público. E agora nós estamos diante de uma reforma que tem como objetivo destruir direitos, tirar o papel do servidor público, terceirizar grande parte do serviço público no nosso País.

Minha solidariedade aos servidores, que estão mobilizados. Assinei inúmeras emendas nos últimos dias. Estou comprometido a seguir nesse diálogo, nessa luta, que não é, claro, em defesa só dos servidores públicos, é em defesa também, e principalmente, de quem precisa de saúde gratuita, de quem precisa de educação gratuita, de quem necessita de que os serviços públicos funcionem adequadamente no nosso País; é uma luta em defesa de uma Nação que não pode abrir mão do seu papel. Essa reforma administrativa destrói o princípio do papel cidadão da Constituição em relação à necessidade das pessoas.

Obrigado, Presidente.

Documento 16/22

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-11:08
Publ.: DCD - 09/07/2021 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	APARTE DISCURSO

Sumário

Apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 2.112, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 14.124, de 2021, com vista à inclusão, em grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19, de gestantes, puérperas, e lactantes, bem como de crianças e adolescentes com deficiência permanente, com comorbidades, ou privados de liberdade. Suspeição das eleições presidenciais de 2022 pelo Presidente Jair Bolsonaro. Realização de ampla investigação de denúncias de corrupção no âmbito dos Ministérios da Saúde e do Meio Ambiente. Apoio à apuração de denúncias de envolvimento de militares em atos de corrupção. Exclusão dos militares da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com certeza, nós iremos aprovar a reivindicação justa das lactantes, grávidas e puérperas, para que possam ter prioridade na imunização. Nós já aprovamos a urgência e hoje devemos aprovar o mérito dessa proposição, que faz justiça, ao dar às lactantes prioridade na imunização, que se estende aos bebês que ainda estão sendo amamentados. É uma ode à vida!

E nós precisamos fazer essa ode à vida, porque estamos vivenciando o som das marchas fúnebres neste País. Nós vamos ver agora a tentativa recorrente do Presidente da República de colocar sob suspeição as eleições, porque sabe que será derrotado. Haja vista as pesquisas e as ruas.

Nós fomos às ruas, nós estamos indo às ruas, e as pessoas vão arrancando um grito que estava engasgado na garganta da madrugada para que este País possa acolher o conjunto do seu povo, para que este País possa fazer o luto dos seus períodos traumáticos da escravidão, do colonialismo, da ditadura, para que possamos romper esse pacto letal entre o patriarcado e o racismo, que é tão estruturante no nosso País.

Por isso, temos que traçar uma ode à vida. E isso significa investigarmos, com muita profundidade, todas as denúncias de corrupção. Precisamos investigar sim a gestão do Sr. Pazuello, uma gestão que estamos vendo que não foi só baseada na necropolítica, ao impedir que tivéssemos acesso à vacina - e dezenas de milhares de pessoas poderiam estar entre nós, se o Brasil tivesse adotado uma postura de enfrentamento à COVID-19 -, mas também porque fez tudo isso para que pequenos grupos pudessem se locupletar, a partir de um sistema de corrupção que está permeando o conjunto do Ministério da Saúde.

Mas não é só no Ministério da Saúde. Recentemente, ex-Ministro do

Meio Ambiente, que fez uma política antiambiental neste País que perpassa a sua própria gestão, esteve envolvido com extração ilegal de madeira, envolvido com o crime. É um governo criminoso o que estamos vivenciando.

E vêm alguns aqui dizer: *"Ah, os militares não podem ser investigados"*. Têm que ser investigados, sim. Têm que ser investigados e não podem ter salário de 60 mil reais, quando o Governo diz que está elaborando uma proposta de "deforma" do Estado, a PEC 32/20, para conter privilégios. E, num verdadeiro escárnio, num desdém, num verdadeiro atentado contra a dignidade do povo brasileiro, contra o povo brasileiro, num momento em que diz que é preciso atacar os privilégios, preserva os próprios militares. Além disso, o Presidente da República se organiza para tentar contestar os resultados eleitorais que lhe imporão uma derrota.

Nós estamos vivenciando, neste momento, uma proposta de "deforma" do Estado, com a entrega do Estado à iniciativa privada, com o rompimento da estabilidade que assegura que tenhamos um servidor servindo ao público, e não ao gestor de plantão. E, no mesmo momento, o Presidente da República coloca o salário de 60 mil reais...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 17/22

57.2021.B	Sessão Outro Evento	08/07/2021-11:36
Publ.: DCD - 09/07/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Ataques do Presidente Jair Bolsonaro às instituições democráticas. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Responsabilidade do Presidente da República pela crise sanitária instalada no País. Contrariedade à privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Não abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Inadmissibilidade de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) -

Presidente, neste País, raras vezes nós vimos, no período pós-ditadura, uma crise tão profunda e tantas tentativas de testar as instituições. O Presidente da República todos os dias testa as instituições. Pega a democracia para bailar, eu diria, na beira do abismo. Todos os dias ele as testa. Inclusive fez uma proposta de reforma, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, para poder ter domínio absoluto sobre o Estado, contrapondo-se a prerrogativas do próprio Poder Legislativo, dos entes federados inclusive, para poder impor a sua lógica, que é uma lógica antidemocrática e corrupta.

O Presidente da República mergulhou o País numa crise de proporções imensas. Há uma crise sanitária, que o mundo inteiro vivencia, mas vejam o que está acontecendo no Brasil, vejam o que nós poderíamos ter: a morte de dezenas de milhares de pessoas do nosso convívio, se tivesse havido outra posição, e não esse darwinismo social ou esse eugenismo ou essa lógica de imunidade através do contágio, poderia ter sido evitada. Nós estamos vivenciando uma "necropolítica" mais intensa para determinados corpos.

Neste quadro a toada fúnebre vai caminhando.

Nós estamos nesta Casa avalizando a privatização da ELETROBRAS, o que nós vamos buscar impedir, inclusive por manobra do Presidente da Casa, que muitas vezes sente que o Estado é ele, que tem um autoritarismo que coloca esta Casa em regime de exceção, que acha que pode processar extrajudicialmente Parlamentares pelas suas opiniões, que acha que pode segurar processos de *impeachment* que a sociedade inteira clama para que esta Casa possa desenvolver. Nós tivemos inclusive uma mudança de mérito, sem que esta Casa tenha avaliado. Ainda que fosse redacional, a Casa teria que avaliar.

Agora se quer votar a privatização dos Correios. Dos Correios, uma empresa lucrativa, cujo lucro vem de 10% ou menos que isso dos Municípios. A empresa que vai assumir será responsável pelo serviço postal, pela entrega de mercadorias, de encomendas em Municípios que não têm retorno financeiro? Nós não podemos permitir que isso aconteça, nós estamos aqui para dizer "não" à privatização dos Correios, uma empresa, como disse, lucrativa. Está na nossa Constituição a responsabilidade da União pelos serviços postais. Não podemos permitir que este Governo, com as mãos sujas de corrupção, que este Governo, com cheiro de morte e de "necropolítica", vá arrancando o Brasil dele mesmo e vá eliminando os instrumentos fundamentais para o nosso desenvolvimento. Uma empresa de logística como os Correios, e se quer privatizar? Nós não vamos permitir.

58.2021.B

Sessão Outro Evento

13/07/2021-15:52

Publ.: DCD - 14/07/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Associação aos temas do primeiro congresso virtual da União Nacional dos Estudantes sob o slogan A Educação UNE pelo Brasil. Transcurso do 31º aniversário de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Redução significativa dos índices de mortalidade e trabalho infantis no País. Apresentação, à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de requerimento de realização de audiência pública para debate do surgimento de monilíase na lavoura de cacau no Estado do Acre.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, boa tarde.

Sras. e Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras que nos ouvem através dos meios de comunicação da Casa, queria registrar alguns fatos hoje.

Inicialmente, quero saudar a realização do primeiro congresso virtual da União Nacional dos Estudantes, para o qual eu fui convidada, que tem como mote *A Educação se UNE pelo Brasil*. Quero dizer que a educação se une por vacina para todos também, une-se por um auxílio emergencial digno, une-se contra a entrega do patrimônio nacional, une-se aos servidores contra a PEC 32, une-se ao Brasil contra a destruição da educação brasileira, que recebeu um corte de 18% no orçamento de 69 universidades, numa tentativa de, dessa forma, inviabilizá-las. Hoje e sempre, a UNE esteve com o Brasil pela democracia. Por isso, afirmo que hoje o Brasil está com a UNE em todas essas lutas.

Sr. Presidente, gostaria também de registrar a passagem dos 31 anos do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, que é um marco no Brasil de uma legislação em defesa da criança após a Constituição Federal de 1988. A Constituição transformou a criança, para protegê-la, em prioridade absoluta da política pública brasileira e deu a ideia de que criança é sujeito de direito. E o Estatuto veio no sentido de consolidar tudo isso. Por causa do Estatuto da Criança e do Adolescente, hoje nós podemos comemorar o fato de que, sem dúvida nenhuma, houve uma diminuição da mortalidade infantil e uma redução significativa do trabalho infantil.

Novas lutas, novas batalhas se colocam para a defesa integral da vida

e da dignidade da criança brasileira. E nós estamos ao lado dessa luta.

Por fim, Sr. Presidente, quero destacar que apresentei na Câmara dos Deputados, na Comissão de Agricultura, um requerimento para que realizemos uma audiência pública para discutir o surgimento de casos de monilíase na lavoura do cacau do Acre. O Governo da Bahia tomou as medidas preventivas imediatas necessárias para impedir a chegada ao nosso Estado dessa praga tão devastadora para a cultura do cacau e do cupuaçu. Mas é preciso que o Brasil discuta e tome as medidas de defesa, já que no Brasil não existia essa praga, que é tão devastadora para o cacau, um produto tão importante para o nosso País, para a fabricação do nosso chocolate.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Mais uma vez: fora, Bolsonaro, destruidor...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 19/22

59.2021.B	Sessão Outro Evento	14/07/2021-12:56
Publ.: DCD - 15/07/2021 - CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Compromisso de luta contra a privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Repúdio à sanha privativista do Governo Federal e do Governo do Estado do Amapá. Protesto contra a privatização da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Descumprimento, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de promessa de não desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Posicionamento contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa; e do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, a respeito da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna no dia de hoje para dizer que estive em reunião, ontem, com o Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, no Amapá. Há em torno de 230 servidores lá. Na ocasião, assinei uma carta de compromisso de lutar contra a privatização dos

Correios, da mesma maneira que lutei contra a privatização da ELETROBRAS, porque aqui no Amapá nós sentimos na pele os efeitos da concessão de um serviço público essencial para uma empresa privada, que visa o lucro. Ficamos no apagão em novembro do ano passado durante 21 dias. Quem nos socorreu foram os servidores da ELETROBRAS, da ELETRONORTE e também da Companhia de Energia do Amapá.

Aproveito para denunciar que essa política privatista do Governo Bolsonaro também é a política privatista do Governador Waldez aqui no Amapá. Ele privatizou a Companhia de Energia do Amapá, deixou 10% da área de cobertura da sede de fora, que é a parte menos atrativa da empresa, e não explicou quem vai atender essas populações que foram deixadas de fora. Isso aconteceu também no Rio de Janeiro, com a CEDAE. Uma parte importante da empresa que não era atrativa para o setor privado não foi incluída na responsabilidade da empresa que assumirá. E isso também acontecerá no caso dos Correios: as regiões remotas do Brasil que não forem atrativas, como é o caso aqui do Estado do Amapá, não serão atendidas.

O Presidente Jair Bolsonaro trai a sua história, uma vez que ele disse que não privatizaria, que era contra a privatização da ELETROBRAS. Ele sabe que está errado, mas faz isso porque está derretendo e precisa do apoio do setor financeiro brasileiro e internacional para tentar se sustentar e continuar o desmonte.

Aproveito para dizer, Sr. Presidente, que sou contra a PEC 32, a PEC do desmonte do setor público brasileiro. Sou membro titular da Comissão Especial dessa PEC. Estou lá justamente para denunciar essa tentativa de desmontar o serviço público brasileiro. Não sou daqueles que dizem que não é preciso aperfeiçoar o nosso setor público. É preciso, mas o que a PEC 32 faz não é isso, é o desmonte, a destruição, e é também a tentativa de privatização dos serviços públicos, que está embutida nessa iniciativa do Governo Federal.

Não à privatização dos Correios! Não à PEC 32! Não ao PL da grilagem, que está na pauta de votação da Câmara!

Sim a um Brasil generoso, igualitário e sustentável!

Sr. Presidente, eu peço que meu pronunciamento seja divulgado pelos veículos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

14.2021.N

Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2021-
CD 13:24

Publ.: DCN - 16/07/2021

ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

-

CONGRESSO NACIONAL ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2022). Apresentação de emendas à LDO pela bancada do PT. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Declaração de voto pela rejeição do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2022. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Presidente, esta Lei de Diretrizes Orçamentárias, infelizmente, é a cara do Governo Bolsonaro, apesar de o Relator ter procurado melhorar essa lei. Mas é impossível fazê-lo com este Governo.

A lógica que está por trás desta Lei de Diretrizes Orçamentárias é a lógica da recessão, do Orçamento a serviço do mercado, como quer Paulo Guedes, e do pagamento de juros da dívida pública para o setor financeiro, que vai abocanhar grande parte do orçamento brasileiro.

No nosso entender, a lógica deveria ser a da retomada do crescimento, com geração de emprego - já há quase 15 milhões de desempregados - e também com divisão de renda. Por isso, o PT fez uma série de emendas, e não foram aceitas. Nesse sentido, não nos resta outro caminho senão o de votar contra esta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A primeira emenda que eu gostaria de ressaltar se refere ao salário mínimo. Não é possível não haver previsão orçamentária de aumento do salário mínimo em 2022 que considere a inflação e o crescimento do Produto Interno Bruto. Quando dizemos isso, nós o fazemos com a convicção de que já aplicamos isso no passado, nos Governos de Lula e de Dilma, o que foi fundamental para o crescimento do Brasil. Aqui não se aceitou a nossa proposta de que já houvesse a garantia de aumento real do salário mínimo.

Apresentamos também uma emenda relativa ao setor de saúde, porque a Emenda Constitucional nº 95, que congela as verbas do setor social, é drástica em relação ao nosso povo. No caso da saúde, em período de pandemia - no Brasil virou genocídio do Governo Bolsonaro, que agora está envolvido com propinas também em compra de vacinas, e a CPI está desnudando isso -, vamos ter uma perda de 34,7

bilhões em relação a 2021. Foi por isso que a nossa emenda propôs um piso para a saúde em 2022.

Também não houve nenhuma ampliação dos recursos da educação, e estamos vendo o sofrimento das universidades, do ensino público brasileiro.

Nenhuma dessas emendas foi acatada.

Apresentamos uma emenda moralizante sobre o que é chamado hoje de emenda de Relator ou orçamento paralelo. A nossa emenda visava restringir isso a 1%, no máximo, da receita corrente líquida, e, mesmo assim, teria que ser considerada a pluralidade, o conjunto dos Deputados. Infelizmente, as emendas de Relator têm servido à prática do "toma lá, dá cá" e, pior, à aprovação de projetos antipopulares no Congresso Nacional, principalmente na Câmara de Deputados. É o caso, por exemplo, da privatização da ELETROBRAS. É algo inexplicável. Como pôde haver maioria para aprovação de um projeto antipovo, antinação, antissoberania? Já estão pautando também a privatização dos Correios.

Eu faço parte da Comissão Especial que analisa a PEC 32, que dispõe sobre a chamada reforma administrativa. Na verdade, vai destruir a prestação de serviços públicos, vai privatizar, terceirizar e precarizar a prestação desses serviços no Brasil. Essa PEC é tão maléfica para o conjunto do Brasil que certamente, se for aprovada, fará com que o povo brasileiro passe a pagar pela prestação dos serviços de educação, saúde e outros.

Presidente, Deputados e Deputadas, a Lei de Diretrizes Orçamentárias não tratou de nenhuma dessas questões que aqui mencionei e foram objeto de emendas apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores. Por isso, o nosso voto será contrário.

Quero ressaltar que a emenda do Partido dos Trabalhadores relativa ao aumento do salário mínimo foi aprovada na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e também na CMO. Isso indicaria minimamente que nós queremos dividir um pouco da renda no Brasil, fazer com que ele cresça a partir da melhoria da renda dos trabalhadores e do povo.

O Governo Bolsonaro, no entanto, segue no mesmo diapasão, segue reprimindo o povo brasileiro, falando em golpes. É um Governo que vai definhando a imagem e semelhança do próprio Presidente Jair Bolsonaro, que hoje realmente não presta para governar o nosso País.

Fora, Bolsonaro!

Nós vamos votar contra a LDO.

Documento 21/22

79.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2021- CD	00:28
Publ.: DCD - 16/07/2021 - EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Parlamentares pelo apoio às proposições governamentais. Distribuição, pelo Governo Federal, de vacinas contra a Covid-19 aos Estados brasileiros. Reaquecimento da economia brasileira. Importância do auxílio emergencial concedido pelo Governo Jair Bolsonaro. Resultados positivos alcançados pela agricultura brasileira. Destinação, pelo projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2020, de recursos aos hospitais filantrópicos, às Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs e às Associações Pestalozzi. Agradecimento aos agentes de vacinação das Secretarias Municipais de Saúde. Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Transformação do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - PRONAMPE em instrumento de crédito permanente. Excelência da gestão do Presidente Arthur Lira. Realização das reformas administrativa e tributária.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PP - ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, naturalmente, pelo estendido da hora, muitas vezes as pessoas podem imaginar nisso um problema. Eu vejo nisso uma demonstração de responsabilidade do Parlamento brasileiro com as entregas, naturalmente, que são importantes, umas pontuais, outras mais estratégicas. Acho que nós temos, sim, que ter orgulho.

Eu quero agradecer aqui, na condição de Vice-Líder do Governo, aos Parlamentares que nos acompanharam nas votações muito importantes durante todo este primeiro semestre. O Governo sempre deu condições para que pudéssemos enfrentar, primeiro, os desafios das mentiras, das calúnias, das difamações, das *fake news*, mas as respostas são extraordinárias. Nesta noite mesmo, milhares de novas doses de vacinas estão chegando aos Estados brasileiros. No meu Espírito Santo - eu postei inclusive nas redes sociais agora - está chegando mais um lote de vacinas importantes para que possamos continuar imunizando as pessoas de todo o País.

Lembro que todas as vacinas que chegaram e que estão chegando aos braços dos brasileiros foram adquiridas por decisão do Governo

Federal, que teve competência e mobilizou toda a sua equipe. Todas as vacinas que chegam aos nossos braços são adquiridas e financiadas com recursos públicos - e quero lembrar muito bem disso -, foram gerenciadas e adquiridas com muita responsabilidade pelo Governo Federal.

Outra parte já reconhecida inclusive por organismos internacionais é a importância dos programas estratégicos do Governo para que pudéssemos começar o reaquecimento da nossa economia. E os números estão aí e são inquestionáveis. É preciso fazer um debate importante.

As pessoas se remetem aos desempregados, mas nós temos que lembrar que no pré-pandemia números falsos foram apresentados aos brasileiros quando se falava em desemprego zero. Cerca de 40 milhões de brasileiros eram invisíveis, mas se prestou contas de quem era visível. No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no pré-pandemia, 15 milhões não tinham CPF, eram invisíveis. Impossível saber se essas pessoas estavam trabalhando ou não.

E foi feito um trabalho extraordinário há mais de 1 ano, com o auxílio emergencial, foi feito um cadastramento em massa no País. O Brasil deu um *show*. Podem criticar, podem tentar achar problema, mas toda a equipe do Ministério da Cidadania, o Ministério do Planejamento e os órgãos de Governo fizeram o cadastramento dos brasileiros, e isso trouxe a legalidade. Vejam o esforço que foi feito.

Presidente, hoje percebemos um crescimento da nossa economia em V, aberto. A agricultura brasileira mais uma vez dando um *show*, dado o ambiente econômico que foi criado. Isso é muito importante, e o mundo tem orgulho. Os países queriam ter um Roberto Campos no seu Banco Central, um Paulo Guedes, com o seu jeito peculiar de ser, autêntico, coerente, mas de muita responsabilidade, com decisões inteligentíssimas. Enfrentar essa pandemia, segurando a questão fiscal, a questão financeira, não caindo no discurso fácil, mostrou realmente a grandeza de um Governo preparado.

Quanto aos nossos hospitais, devo dizer que sou muito ligado aos hospitais filantrópicos e quero fazer uma observação muito importante: na LDO que votamos hoje, Presidente Marcelo, há uma previsão que deve ser comemorada; aprovamos uma redação que permite que os recursos das emendas parlamentares possam ser usados para obras em nossos hospitais filantrópicos, em nossas APAES e em nossos Pestalozzis.

Era sempre um desafio ficarmos, às vezes, limitados em utilizar os recursos com equipamentos e custeio básico. Mas sabemos que as nossas Santas Casas, os nossos hospitais filantrópicos, as nossas

Pestalozzis e APAES sempre precisam ampliar uma sala de tratamento, um centro cirúrgico, uma sala de recepção. E nós aprovamos na nossa LDO uma emenda de redação, da qual tive a oportunidade de ser o autor, permitindo que, a partir de agora, os recursos possam ser utilizados para obras e investimentos estruturantes nos nossos hospitais filantrópicos, nas nossas APAES e em nossas Pestalozzis.

Então, realmente, temos que comemorar um semestre de conquistas importantes. O Governo está fazendo um esforço extraordinário em todos os Ministérios para que possamos dar esse atendimento na área da saúde e socorrer os nossos hospitais.

Presidente, aproveito ainda a oportunidade para fazer um agradecimento aos agentes de vacinação das Secretarias Municipais de Saúde, que efetivamente são a turma que está vacinando. Cada vacina que chega em nossos braços - talvez, 99% delas - foi aplicada por esses agentes de vacinação das unidades de saúde dos Municípios.

E nós trouxemos também uma coisa muito importante para a nossa LDO, Presidente Marcelo Ramos, que deve ser valorizada, mas, às vezes, dela nos esquecemos: trouxemos uma valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias. Isso é algo estratégico, porque são esses os profissionais que fazem o primeiro atendimento. Isso mostra, naturalmente, a sensibilidade e o comprometimento do Parlamento e também do Governo, que tem criado condições para que isso possa chegar às pessoas.

Claro que existe um debate ideológico, um debate político. Eu estive presente todas as semanas, desde o início da pandemia, aqui neste plenário e conheço os debates e as posições. Mas quero relatar que o Governo tem uma base organizada, com partidos com muita responsabilidade. Mesmo alguns partidos, Presidente Marcelo, que às vezes não têm alinhamento direto com esse Governo reconhecem o mérito das propostas aqui apresentadas.

Portanto, estamos encerrando mais um semestre, diante de uma pandemia, com a recuperação da economia. E é claro que os pessimistas estão desesperados quando olham para a janela de agosto, setembro ou, no máximo, outubro e imaginam que estaremos com 100% da população brasileira vacinada e a pandemia resolvida. Estamos fazendo esse enfrentamento.

É claro que, naturalmente, precisamos respeitar o desespero dos pessimistas que torciam contra e achavam que o Brasil não iria dar essa resposta. Quando se olha para o cenário de vacinação, vemos que Estados Unidos, China, Índia e outros países vacinaram mais do

que o Brasil. Mas isso ocorre porque governos anteriores investiram em fábricas de vacina para dar respostas à população. E o Brasil cumpre com o seu papel e mostra eficiência logística extraordinária.

Naturalmente, vou respeitar os pessimistas, mas preciso compreender a dor que está no coração deles porque estão acabando os argumentos para justificar esse não enfrentamento.

Quando fizemos o PRONAMPE, que foi um programa emergencial, talvez tenhamos deixado um dos grandes legados dessa pandemia. O Parlamento autorizou e, agora, o Governo transformou o PRONAMPE em um programa definitivo, reconhecendo a importância das pequenas e microempresas para todo o País. Vai ser um programa extraordinário.

Tivemos votações importantíssimas, de forma que vamos encerrar este semestre de 2021 com grandeza nos resultados, com a economia se recuperando e dando respostas à nossa saúde, respostas do tamanho necessário à nossa importância.

Eu quero enaltecer, naturalmente, o nosso Líder, mas também agradecer a todos os partidos que cederam nomes para Vice-Líderes, que trabalharam com os Líderes dos nossos partidos da base, sempre no consenso.

Naturalmente, Presidente Marcelo Ramos, quero destacar, na pessoa de V.Exa., que nós somos liderados pelo Presidente Arthur Lira. O Deputado Arthur Lira tem mostrado grandeza nas suas decisões. A sua serenidade mostrou que ele realmente se preparou para poder chegar ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, uma vez que é notória a capacidade dele de ouvir, a capacidade dele de não interferir, de determinar e construir com os Presidentes da nossa base e com os Relatores competentes extraordinários relatórios.

Dentro desse contexto, acho que o Parlamento brasileiro está cumprindo o seu papel, está dando resposta para toda a sociedade, permitindo que os nossos Ministros façam políticas realmente estruturantes em todas as suas frentes. Todos os seus Ministros estão cumprindo o seu papel brilhantemente - o Governo está dando essa condição. E o Parlamento está com uma base sólida e organizada.

E aqui, seguido pelo nosso Líder Cacá Leão, do Partido Progressista, quero reconhecer que nesses próximos 15 dias vamos poder respirar, porque nós temos um segundo semestre de muitos desafios. Entre eles, vai tramitar nesta Casa a tão necessária reforma administrativa para que possamos repensar, reavaliar e reconsiderar o Estado brasileiro - é um desafio de todos nós - e também a reforma tributária. O sistema tributário brasileiro é ultrapassado e precisa de

modernização.

Muito obrigado a todos que nos ajudaram até aqui.

Documento 22/22

79.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 15/07/2021- CD	00:36
Publ.: DCD - 16/07/2021 - DARCI DE MATOS-PSD -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Importância da aprovação pela Casa de proposições de interesse da bancada feminina. Inconformismo com a não votação do Projeto de Lei nº 2.633, de 2020, acerca da regularização fundiária de ocupações incidentes em terras da União. Contrariedade à exigência do Superior Tribunal de Justiça de aplicação da Lei nº 12.651, 2012, (Código Florestal Brasileiro), em áreas urbanas, inclusive em áreas consolidadas. Apresentação de emenda ao Projeto de Lei nº 2.510, de 2019, acerca de alteração da Lei nº 12.651, de 2012, com vista à regulamentação de áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas. Vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Retomada das atividades comerciais e da geração de emprego e renda no País. Votação pela Casa de relevantes proposições destinadas à retomada do crescimento da economia brasileira. Realização das reformas tributária e administrativa.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar todos os Deputados, em especial V.Exa., que está substituindo o nosso Presidente Arthur Lira neste momento, até esta hora, aprovando projetos importantes, como o da primeira infância e os projetos fundamentais da bancada feminina.

Sr. Presidente, lamentei o fato de não termos conseguido votar o projeto de regularização fundiária porque esse projeto é fundamental para o Brasil. E eu consegui apoio para uma emenda que derruba a decisão absurda do STJ que exige a aplicação do Código Florestal na área urbana do Brasil. O Brasil está parado. A construção civil, fundamental para a geração de emprego e renda, está parada, neste momento de dificuldade do nosso País. E, pior do que isso, essa decisão do STJ dá a entender que isso vale para as áreas consolidadas. Ora, se isso for verdade, nós teremos que derrubar parte das edificações do Brasil.

Essa emenda é de minha autoria, e, se ela for aprovada - eu peço o

apoio de todos no reinício dos trabalhos -, passamos essa definição do recuo nos rios para o parcelamento do solo e para o plano diretor dos Municípios do nosso País.

Sr. Presidente, eu também quero comungar da posição de alguns Parlamentares que se pronunciaram há pouco dizendo que estamos todos animados porque estamos vencendo a pandemia. Estamos vencendo a pandemia. O povo está sendo vacinado; as atividades comercial, turística, cultural, esportiva e outras atividades começam a ser definitivamente reaquecidas; e, com isso, volta a geração de emprego e renda no nosso País.

Paralelamente a esse trabalho de combate à pandemia, e não poderia ser diferente, com o apoio do Congresso Nacional, sob a liderança do Presidente Arthur Lira, temos apoiado o nosso Governo, a Presidência da República, no sentido de promovermos a retomada da economia do País.

Vejam quantos projetos importantes votamos este ano: nós votamos a autonomia do Banco Central, que era um sonho de 30 anos; nós votamos o marco regulatório do saneamento básico; nós votamos a lei do gás; nós votamos a PEC Emergencial, que promove efetivamente o equilíbrio fiscal no Brasil; nós votamos a lei do licenciamento ambiental, uma lei fundamental, porque o Brasil está engessado, bilhões de recursos estão paralisados, porque os órgãos ambientais não dão o licenciamento ambiental, e essa lei ambiental, que vai para o Senado, dá autonomia aos Municípios e, dependendo da natureza, da localização do empreendimento, se o impacto ambiental não é grande, possibilita que alguns tipos de empreendimentos sejam realizados inclusive sem licenciamento.

Então, nós fizemos votações fundamentais, que efetivamente promovem o desengessamento da economia do País e, como resultado, associadas às privatizações, temos as reformas, que começam a andar na Câmara dos Deputados, como a reforma tributária, necessária e fundamental.

Nós temos que promover uma reforma tributária, sonhada há muitas décadas e que não acontece, que venha a simplificar o recolhimento dos impostos, porque se gasta muito para promover o recolhimento - o setor produtivo sabe disso que eu estou dizendo -, que venha a dar transparência, para que o contribuinte saiba o que ele está pagando, e, sobretudo, que seja mais justa, porque hoje nós tributamos em 49% o consumo e em 22% a renda, exatamente o contrário do que os países desenvolvidos fazem, ou seja, o trabalhador ganha dois, consome dois e é tributado, portanto, na sua totalidade, o que não acontece com a renda, com aqueles que ganham muito.

E temos a reforma administrativa, de que eu tive a honra de ser o Relator na CCJ, da admissibilidade, e que agora está em curso na Comissão Especial, de que é Presidente o Deputado Fernando Monteiro e Relator o Deputado Arthur Oliveira Maia, muito experiente, muito dedicado, e as audiências públicas estão acontecendo. Essa é uma reforma fundamental porque não tira nenhum direito dos servidores atuais, promove uma economia de aproximadamente 300 bilhões em 10 anos e cria, é claro, outro modelo de servidor público, a partir do ano que vem, o que se faz necessário, porque lamentavelmente o serviço público no Brasil é muito lento e muito caro, com algumas exceções.

Nós precisamos modernizar o serviço público, nós precisamos adequar o serviço público aos novos tempos, nós precisamos oferecer um serviço público com melhor qualidade.

Portanto, com todas essas ações do Governo, e respeitando a Oposição, mas discordando muitas vezes, é claro, da posição da Oposição... Em alguns momentos até aprendemos com a Oposição. Ela é fundamental quando é feita com racionalidade e com inteligência. Eu estou acompanhando a fala o Deputado Molon, que é um opositor muito racional, muito preparado. O debate e as divergências é que fazem com que possamos crescer na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional.

Enfim, com essas ações, Presidente Marcelo, o que está acontecendo? Nós estamos percebendo a retomada econômica do Brasil. No primeiro trimestre deste ano, em comparação ao último do ano passado, nós crescemos 1,2% do PIB. Os organismos internacionais, os bancos internacionais, as agências econômicas, enfim, os estudiosos estão...
